

# Entrevista de Kassandra da Silva Muniz

Concedida a **Almair  
Morais de Sá<sup>1</sup>,  
Anderson H. F.  
Marinho<sup>2</sup> e Annelizi  
Fermino<sup>3</sup>**



**Kassandra da Silva Muniz** é professora do Departamento de Letras da Universidade Federal de Ouro Preto. Possui pós-doutorado em Linguística Aplicada pela Universidade de Brasília, doutorado e mestrado em Linguística pela Universidade Estadual de Campinas e graduação em Letras pela Universidade de Pernambuco. Tem experiência profissional e pesquisa desenvolvida nos seguintes temas: Pragmática e estudos culturais, Filosofia da linguagem, Humor, Formação de Professores, Educação das relações étnico-raiais, Linguística Aplicada/ Linguagem e identidades, Literaturas africanas e afro-brasileiras, Manifestações afro-culturais na América Latina e Políticas linguísticas.

---

<sup>1</sup> Doutorando em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC).

E-mail: [almairms@hotmail.com](mailto:almairms@hotmail.com).

<sup>2</sup> Mestrando em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC). E-mail:

[andersonhistoriadorprofessor@gmail.com](mailto:andersonhistoriadorprofessor@gmail.com).

<sup>3</sup> Doutoranda em História, Política e Bens Culturais pela Fundação Getúlio Vargas (FGV/CPDOC). E-mail:

[annelizif@gmail.com](mailto:annelizif@gmail.com).

**Mosaico: Cassandra, obrigada por ter aceito nosso convite. A entrevista terá como foco sua trajetória acadêmica e profissional, as atividades que realiza como professora universitária e sua perspectiva sobre o racismo e a luta antirracista no Brasil. Pode nos contar sobre sua trajetória acadêmica e profissional, onde você estudou, quais são seus objetos de estudo?**

Eu começo a minha vida acadêmica numa escola que a gente chama de multisseriada, escolas infantis muito comuns antigamente, com vários estudantes numa mesma sala. Essa experiência foi importante porque me colocou em contato com a questão da inferência que, mais do que um conceito, é uma auto busca inerente no mundo. Tive uma professora que era albina, isso me marcou muito. Acho que me propiciou a possibilidade de entender que a minha diferença era uma entre as que existiam e nesse sentido não era nem ruim nem boa. Enfim, até hoje, é algo que a gente gostaria de conquistar, entender nossas diferenças sem transformá-las em desigualdades e exclusão.

Depois fui para uma escola infantil particular onde era bolsista. Lá tive novamente contato com o racismo que se dá na escola, na educação, esse lugar que vocês e eu escolhemos para atuar, mas que tem sido desde sempre promotor e reprodutor de práticas racistas. Cheguei alfabetizada, mas por alguma razão esqueci, aquelas aulas eram bem tradicionais, como fazia o ma-me-mi-mo-mu. Lembro que a professora condicionou a ida ao passeio de trenzinho se acertamos essa resposta. Eu não acertei, fiquei muito triste, mas é isso, é a vida. Mas tinha uma menina toda estereótipo da branquitude, ela era pequenininha, e eu sempre fui uma menina grande e com esta voz, que não é de bebê, que me acompanha desde sempre, em contraponto a esta menina. Ela chorou e não acertou nenhuma das respostas, absolutamente nenhuma, mesmo assim ela foi no trenzinho e eu não. A resposta que a professora me deu foi que por ser negra tinha que ser duas vezes melhor. Essa é uma experiência muito comum da vida acadêmica de uma estudante negra e eu não tive a sorte de não viver essa experiência também.

Acho que quando vocês perguntaram não estavam pensando nessa primeira experiência acadêmica, mas esses primeiros contatos com a educação escolarizada é também fundamental para definir muitas das formas como a gente vai se relacionar com o racismo. Então, quando eu penso a minha trajetória dentro desse ambiente

escolarizado e acadêmico, ele não inicia só na graduação, mas nessa primeira entrada em um mundo que parece ter sido construído para me dizer que eu não era bem-vinda desde o início. Obviamente no ensino fundamental aconteceram outras situações recorrentes nesse sentido. Tem o clássico de você ser colocada para dançar com a vassoura. Também nunca fui Rainha de Milho, nem de nada na escola, mas sempre fui a melhor aluna. Ao mesmo tempo em que eu sofria esse racismo, eu ganhava prêmios da escola devido minha excelência acadêmica, vamos dizer assim.

Essa excelência acadêmica não tem a ver apenas com a ideia de ser a melhor duas vezes, mas porque sempre fui extremamente curiosa, academicamente inquieta. Foi isso que me levou a fazer a graduação. Acho que tinha mais duas pessoas que eram negras na época que eu fiz a graduação, no máximo. Essa temática nunca veio como tema de estudo para mim. Não tive isso que meus alunos(as) têm hoje, que é poder fazer uma iniciação científica, um TCC, projeto de extensão, PIBID, abordando essas temáticas. Isso definitivamente não estava posto como possibilidade quando eu fiz graduação. Ao mesmo tempo, eu lembrava aos meus amigos e aos meus colegas que eu era negra o tempo todo. Lembro isso porque, hoje, faço parte desses grupos de WhatsApp da graduação e eles recordam esses casos em que eu ficava irritada com meus colegas por me chamarem de morena, morena escura, e eu sou uma mulher negra de pele escura. Eu sou do estado de Pernambuco e da cidade de Recife que nos últimos anos fortaleceu muito as lutas negras e entendeu que esses aspectos de nossa cultura, maracatu, afoxé, caboclinhos não existiriam se não fosse a relação afro-indígena, extremamente presente no nosso estado. Mas isso não se reflete nas relações cotidianas, nem dentro da Universidade Federal de Pernambuco.

Fiz a graduação dentro das questões da minha área, aliás sim e não, mas tive sorte de ser muito bem orientada, de fazer isso que sempre falo para quem é orientado(a) por mim; a gente tem que entender o sistema para conseguir subverter ele. Fui orientada dentro do currículo canônico das graduações de Letras no Brasil, Letras e Linguística. Na minha graduação, fiz iniciação científica, fui monitora também e participei de iniciativas como a revista discente. Tive nomes importantes nesse momento de minha formação, mas nada relacionado com a questão negra. Foi numa aula de literatura de expressão de língua inglesa quando conheci Alice Walker, escritora afro-americana, que tive um *start* de que isso poderia ser uma possibilidade acadêmica.

No ensino médio, acho que li quase tudo que havia de canônico na literatura, mas sem me dar conta da questão racial. Não havia caído essa ficha porque faltava a intermediação da participação em algum movimento social ou de uma universidade que me desse ferramentas para isso também. Nessa aula de literatura em que conheci Alice Walker foi quando me dei conta que existia autoras(es) negras(os). A literatura dela falava de herança familiar negra, de comunidade negra, a questão racial estava posta e era uma mulher negra escrevendo. Lembro que isso literalmente enlouqueceu minha cabeça e aí a gente vê a importância das pessoas conhecerem autoras(es) negras(os) e indígenas. Isso realmente mudou tudo que eu passei a olhar e ler depois de conhecê-la. Descobri outras(os) autoras(es) e que existia um mundo de literatura afro-americana. Entendi também que existiam autores negros brasileiros e que muitos deles, inclusive, eu tinha lido e nem sabia que eles eram negros. Existia Machado de Assis, mesmo Lima Barreto que pautou questões negras, mas essa ficha de ser possível escrever, ser acadêmica e ser negra só caiu com a Alice Walker.

É desse jeito que eu chego ao mestrado na Unicamp, mas ainda sem trabalhar com essas questões. Trabalhei com o gênero textual chamado Piada, que é um tema marginal dentro da área de estudos da linguagem por ser um gênero humorístico. Só no final do mestrado, quando fui analisar piadas que descreviam tipos sociais, que eu acho que fiz de fato o link com a possibilidade de pesquisar questões negras. O campo da linguagem gosta de se dizer neutro, imparcial, essa coisa da imparcialidade, da objetividade, da escrita de uma linguagem quase higienizada. Isso ainda está muito presente em nossos cursos, é como se a linguagem não pudesse dizer de sociedade e de cultura. No final do meu mestrado, eu analiso piadas sobre negros, judeus e mulheres e isso me possibilita, digamos assim, mudar radicalmente no doutorado, que é quando eu pensando nas questões raciais estudo as ações afirmativas. Digamos que é no doutorado que eu consigo aterrissar de fato no tema das questões étnico-raciais.

### **De acordo com sua experiência, como aluna e professora universitária, qual é o lugar da mulher negra na universidade?**

Geralmente dizem que nos cursos de humanas a gente teria mais a presença de mulheres do que de homens. Acho que estamos *fifty-fifty*, mas em relação às

peças negras não, nem homens nem mulheres. Pensando a nossa pirâmide social, que é étnico-racial, que são homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras; nem os homens negros se fizeram presentes nessa minha trajetória acadêmica na graduação. Lembro que tinha um professor francês que era estrangeiro e negro, mas que naquela época não pautava qualquer dessas coisas. É muito compreensível, primeiro porque ele não é obrigado a fazer, não é porque a gente é negro que tem que discutir essas coisas. Mas, no caso dele, eu descobri depois que ele pesquisava isso, mas era um ambiente que não abraçava.

Quando fui fazer pós-graduação, essa ausência continuou sendo sentida. Na Unicamp tem gente de todas as regiões do país e de outros países, e lembro que todo mundo sabia meu nome. Não é só porque eu era participativa nas aulas, mas porque eu era dos poucos corpos negros femininos que andavam por aqueles corredores, que andavam pelo Instituto de Estudos da Linguagem, onde eu fiz o mestrado e doutorado. Isso sempre me chamou atenção justamente porque dizia dessa ausência, dessa brutal ausência de pessoas negras e especificamente de mulheres negras como estudantes ou como professoras. Durante o mestrado e doutorado, tive um professor negro e uma professora que seria negra se ela se identificasse com isso e eu respeito. A construção de nossas identidades se dá por processo, embora a hetero-identificação esteja posta.

Mesmo após me tornar professora na Universidade Federal de Ouro Preto essa ausência continuou presente. Lembro que, quando passei no concurso, uma das primeiras coisas que fiz foi olhar a região e vi que existiam várias comunidades quilombolas e remanescentes de quilombos, isso me animou demais. Depois de mudar para cá, lembro que as pessoas me olhavam com muita curiosidade. Tinha outra professora negra aqui, inclusive no meu departamento, mas nossos corpos de mulheres negras eram radicalmente diferentes. Cheguei com meu cabelo crespo, usava tranças, e obviamente o fato de ser uma mulher negra nordestina impacta de forma pejorativa devido ao preconceito, à xenofobia. Mas, de fato, minha negritude era muito visível para não ser notada e sentida.

Quando falo isso, eu estou falando de mim, mas, como eu sempre brinco, a gente tem pouco direito de falar de narrativas individuais. As nossas experiências, quando se referem principalmente a rasuras epistêmicas que nossas corporeidades

praticam nas universidades, são narrativas coletivas que mostram, com alguma alteração, duas coisas: os boicotes e o protagonismo.

Primeiro, um racismo explícito nos boicotes. Boicotes em vários níveis, perseguição mesmo, alguns de nós são alvos de processos, eu sou uma dessas. Uma sistematicidade no sentido de apagar total, completamente, as nossas corporeidades dentro desses espaços e talvez o boicote desse ponto de vista é dizer que sua produção acadêmica não é relevante, que você não faz parte daquele lugar. Isso vai criando uma imagem de você, que alguns estudantes acabam comprando, relacionadas a uma série de mentiras formuladas a seu respeito. Não é uma questão só de fofoca, isso existe em qualquer ambiente de trabalho. São grupos que se reúnem com o único objetivo de perseguir essas poucas, pouquíssimas intelectuais negras em universidades. A gente está falando de mais ou menos de 4% de professoras negras dentro das universidades. Então, sempre digo que acho muito esforço para eliminar o que está ali quase agonizante.

Segundo, é recorrente na presença ausente dessas intelectuais negras dentro das universidades, o protagonismo. Imagino que se nós fôssemos pessoas mais dóceis, essas práticas racistas poderiam diminuir bastante em termos de poder se tornar quase branca, no sentido que você se torna um corpo tão dócil que o sistema consegue lidar com você. Mas para a maioria de nós isso não é opção. Quando tem algum professor(a) cujo projeto é se tornar invisível, a cor não nos permite fazer isso. E pelo que eu vejo da atuação das intelectuais negras, isso também não é uma opção que elas se sintam à vontade para fazer.

Nós não estamos falando de sujeitas que ficam imobilizadas. Isso não quer dizer que a gente não adoença, e muito, mas não ficamos imobilizadas pelo racismo. Vejo essa atuação como pessoas que acabam se movendo nas brechas, nos interstícios, usando de táticas, falando do De Certeau, para lidar com esse racismo. E, para mim, isso é uma sabedoria ancestral que a gente carrega. Algumas literaturas acadêmicas chamam isso de não lugar e eu tenho dito que para as mulheres negras não existe a opção desse não lugar epistêmico que tentam nos colocar. Não creio que isso seja possível para quem tem que estar em movimento o tempo todo para não ser abatida. A presença dessas mulheres negras diz respeito ao movimento, aos trânsitos, aos processos. Se a gente parar, a gente é encubada. Isso acaba sendo um lugar

epistêmico para pensar as formas como essas intelectuais têm feito seu trabalho, suas pesquisas, a forma como elas escolhem interagir com os(as) estudantes.

Então ao invés de um não lugar para as mulheres negras, digo que a gente atua a partir do lugar das encruzilhadas porque as encruzilhadas nos dão possibilidade de caminhos. Onde têm portas fechadas, a gente encontra frestas de oportunidades de agência. É uma agência que se dá muito conectada com a atuação discente, não há dúvidas, porque a gente não encontra ressonância em colegas. É uma agência que se dá do ponto de vista epistêmico. Não pelas rasuras epistêmicas que os nossos corpos acabam configurando, mas pelas nossas escolhas teóricas sobre quem a gente lê e quem a gente mobiliza em nossas turmas e orientandos(as) para lerem também. Essas mulheres não movimentam só a si, mas a própria academia, obviamente por meios subversivos porque toda vez que essa presença é notada surge um alvo de novo nas costas. Toda vez que alguma de nós aparece mais do que as pessoas acham que deveria, esse alvo se torna mais visível. Então o tempo todo a gente está ali utilizando de uma ginga acadêmica para se fazer presente nos espaços acadêmicos, é assim que eu enxergo a atuação dessa intelectualidade negra feminina.

Quando a gente pensa a ideia de intelectual, gosto muito de frisar a bell hooks, ela diz que o intelectual é aquele que subverte. Então às vezes podemos ser acadêmicos(as), mas não necessariamente intelectual. Mesmo quando essas mulheres negras querem ser apenas acadêmicas, o ambiente não permite e a subversão, as gingas, a ideia de uma linguagem como mandinga vai se fazendo presente na vida acadêmica. Isso se torna altamente subversivo em termos epistemológicos, em termos das práticas do cotidiano, das relações intersubjetivas, que a gente pode engendrar na academia.

**Em sua tese de doutorado, defendida em 2009, na Unicamp, você apontou o caráter estratégico do processo de identificação de negros em universidades brasileiras (UNEB, UFBA, UERJ e UnB); ao mesmo tempo, verificou que essas universidades encontravam dificuldades “para delimitar possibilidades de existências negras no Brasil”. Onze anos depois, pode-se dizer que essas dificuldades persistem. Para além das cotas, como você compreende a atuação**



## das universidades brasileiras no desenvolvimento de ações afirmativas voltadas a essa população, no tempo presente?

Bom, onze anos depois muita coisa mudou, inclusive minha tese (risos) precisaria mudar em algumas coisas. Quando falo da identificação estratégica, estou pensando na escrita do Rajagopalan conciliado ao De Certeau, de modo que às vezes é preciso pensar as táticas de forma que nos levem a uma atuação estratégica. Eu estava falando de como essa nomeação, essa autoidentificação negra, “eu sou negro”, era altamente revolucionária para nossa população. Uma população que até hoje quando se inscreve no sistema de cotas se coloca como parda, mas não como negra. Então se autoidentificar “eu sou negro(a)”, pensando que linguagem é sempre um gesto eminentemente político, é revolucionário. Isso mudou tudo, mudou absolutamente tudo no que se refere inclusive as nossas presenças dentro das universidades.

Esse lugar muitas vezes desprezado que é a linguagem acabou fazendo possível que não só no âmbito da linguagem, mas com tudo o que tem a ver com ser negro(a) pudesse estar nesses espaços. Mas o que foi para nós uma conquista, e é ainda uma conquista política fundamental, se transformou numa arma contra a mesma população, quando pessoas usam a autoidentificação para burlar o sistema.

Ainda precisamos pensar as cotas e as ações afirmativas de uma forma geral. Quando estou nas bancas de heteroidentificação e vejo que as pessoas ficam assustadas se a gente pergunta se elas são negras, e elas são, inclusive vão ter acesso ao sistema, mas elas têm a pele clara e repetem de forma contundente eu sou parda, eu sou parda, eu sou parda. O Cuti tem um livro, *Quem tem medo da palavra negro* e muita gente ainda tem medo dessa palavra. Eu diria que uma primeira coisa que esse sistema trouxe – naquela época em que eu escrevi nunca achei que seria necessário falarmos de heteroidentificação, eu inclusive fiz uma crítica a isso onze anos atrás –, foi essa coisa maravilhosa que é ver pessoas com quem você conviveu a vida toda e sempre se nomearam como morena passando a se nomear como negras. Se as políticas de ações afirmativas têm um papel fundamental nessa mudança, que bom que elas têm.

A universidade, há onze anos, há 20, há 30 e agora, não sabia lidar com os negros. Essas pessoas entravam/entram na universidade para escutar literalmente



que não eram/são bem-vindas. Se os(as) estudantes escrevem um texto, o seu texto não serve, a linguagem não é boa o suficiente para as universidades. Se eles levantam a mão e perguntam “mas não tem nenhum pesquisador(a) negro(a) que trabalhe com esse tema também?” diante desse absolutamente brancocentrismo, elas também são rechaçadas. A universidade sistematicamente – estou falando desse saber dito especializado que é um detentor de verdades muitas vezes absolutas, inclusive sobre nós, sobre quem somos, sobre nossas identidades, sobre quem pode acessar esse espaço ou não – continua extremamente fechada para o novo que essas mentes trazem para esse lugar. Se rechaça a língua, se rechaça a sua corporeidade física, se rechaça a sua corporeidade religiosa e ancestral, se rechaça as reivindicações, se rechaça as epistemologias pretas que sempre existiram e que hoje estão se fazendo conhecidas por esses(as) jovens que têm trazido elas para dentro das universidades. Então o movimento vai acontecendo e as cotas são um dos gatilhos para que isso ocorra dentro das universidades.

No que se refere a sua lógica de existência e a colonialidade do saber e do poder, isso se mantém quase inalterado. O Derrida tem um livro ótimo chamado, *O olho da Universidade*, em que ele diz que a instituição, a engenharia de práticas dela é tão maquiavélica, que mesmo nos discursos que se pretendem mais insurgentes e revolucionários, ela dá um jeito de acomodá-los e assim eles podem estar dentro dela. É por isso que falo das brechas, das frestas, da ginga. Esses sujeitos e suas intelectualidades demandam o tempo todo essa coexistência epistemológica de saberes e de poderes porque essa população também quer o poder. Nós não temos possibilidade nenhuma de botar esse sistema da forma como está abaixo. Isso que a gente tem feito é para além das cotas, porque quando você entra nesses lugares traz todas essas equações e aí você opera alguns deslocamentos dentro do sistema configurando brechas por onde a gente consegue ainda respirar um pouco nesse espaço.

De forma geral a universidade se preocupa pouco com essa presença contundente, senão numérica, porque agora têm esses números dizendo que existe mais pessoas negras na universidade, mas na verdade a gente tem que ver isso em cada curso. Tem cursos em que não existe uma única pessoa negra, então não dá para ver isso em termos absolutos, tem que ser visto em termos relativos. Também tem que se perguntar dentro desse espectro quem são as pessoas negras que estão

lá colocadas como negras. Se são essas dos olhos arregalados quando são heteroidentificados como negros(as) ou se é gente que é negro(a) na mente, tem a mente crespa, a alma crespa, entende que é um espaço de coerção que eles estão entrando, mas também um espaço de muitas possibilidades.

Pensando os impactos dessa presença onze anos depois nas universidades e dessa ideia estratégica de sobrevivência desses sujeitos nesse espaço, se não conseguirmos fazer com que nossos corpos deixem de ser vistos como abjetos, como obtusos nesses espaços, o exercício é tentar fazer com que pelo menos nós negros não nos encarceremos dessa forma. Não deixar que essa lógica de entender a corporeidade só pelo que ela tem de diferente, no sentido de exclusão, tome conta também da nossa subjetividade, das nossas escolhas, da nossa saúde física e mental. A gente tem uma presença negra nas universidades hoje, não entre professores, mas principalmente entre estudantes. Eu vejo uma atividade intensa desses discentes e ao mesmo tempo vejo aqueles que estão no seu processo de entender ainda o teor de suas negruras. Não somos negros(as) da mesma forma e muitas das pessoas que eu mais vejo com dificuldade de sobreviver a esse espaço, inclusive de enunciar e gritar sua negritude, são as pessoas negras de pele mais escura. Obviamente porque elas não têm nenhuma possibilidade de não serem heteroidentificadas como pessoas negras. O racismo incide sobre elas de forma diferente dentro das universidades. As cotas propiciam um gesto político fundamental que ainda se faz necessário, mas o cotidiano de pessoas negras na universidade ainda guarda extremos desafios epistemológicos, desafios de convivência, desafios do ponto de vista da saúde desses sujeitos e que nós ainda estamos entendendo, porque é tudo ainda muito recente. A única das poucas certezas que temos é que infelizmente ela não tem apagado a exclusão que a população negra vive desde sempre.

**Suas produções revelam um profícuo diálogo com a perspectiva dos “atos de fala” de Austin, do dizer como fazer, da linguagem como ação, de identidades performativas que desestabilizam saberes hegemônicos. Pode-se pensar que a superação do racismo passa necessariamente pela desconstrução de uma linguagem instituinte de realidades que segregam subalternizando sujeitos e ideias. Como você identifica os “atos de fala” e as identidades performativas de nosso tempo que assumem esse combate e cuja força aponta para um**

**reordenamento da linguagem, conseqüentemente para uma modificação da realidade, em direção à superação do racismo?**

Para mim, a questão da performatividade é o Austin, mas o que tem para além do Austin também. É fundamental para entender essa experiência que é viver, que é ser negro(a) em sociedade. Como a linguagem é fundamental dentro dessa experiência. A linguagem que se reveste, se traveste em nossos corpos físicos, mas também nas nossas perspectivas teóricas, nas nossas ancestralidades e como elas estão no presente, na sociedade. Quanto às questões de performatividade, tive contato com essa teoria na graduação e quando fui orientada pelo Kanavillil Rajagopalan, que é um dos leitores privilegiados do John Austin no Brasil.

A forma como me torno orientanda dele, basicamente, tem a ver com uma aula. Eu estava nesse processo de transição do mestrado, de poder falar dessas questões, de escrever e de ler sobre isso, por mais que experienciar essa linguagem do racismo doa. Como dizia Matsuda, é o campo das palavras que ferem. Do discurso do ódio também. Então, quanto mais a gente lê sobre isso, mas você se vê no meio dele. Nessa urgência, fiquei sabendo do Kanavillil Rajagopalan, que já orientava alguns colegas e que estudava essas questões, mas estudavam imagens, temas marginais dentro da linguagem. A linguística é uma ciência modernista, estruturalista, que tem uma visão de língua como sistema, como algo que não tem brechas para a subjetividade. Como já dizia o Bakhtin nas críticas a essa visão, é um objetivismo que exclui qualquer possibilidade de subjetividade, principalmente dessa subjetividade que vá falar de nossas formas diferentes de relação com a linguagem. O Rajagopalan aparece como uma possibilidade, principalmente depois de uma aula que eu assisti – bem quietinha – em que ele estava falando de uma questão racial, não tinha ninguém na UNICAMP que discutisse essas questões.

O Raja, como indiano que é, é negro, se autoneomeia assim, mas isso nunca foi posto lá na UNICAMP. Nem entre os colegas, nem entre os orientandos. Embora ele sempre conte a história de quando chegou no Brasil e a alfândega disse que ele não podia se autoneomear como Brown, como Marrom, como negro, porque ele era professor universitário, jornalista internacional, então isso retirava dele essa negritude. Nessa aula ele respondeu a uma indagação de uma professora que estava assistindo, na verdade ela não indagou, ela afirmou. Ela constatou que no Brasil pelo fato de

homens brancos se relacionarem com mulheres negras, do ponto de vista sexual, isso era um indicador que não existia racismo no Brasil. Lembro como eu me senti, aquilo mexeu comigo, ninguém vai responder a isso. O professor ficou visivelmente alterado e imediatamente respondeu que o fato de homens brancos “treparem” com mulheres negras não significava que não existia racismo. Acho que isso me libertou academicamente mais que todos esses anos que eu tinha estudado até ali, porque eu vi a possibilidade de alguém que entendia a linguagem do racismo aqui no Brasil, mesmo que não tivesse orientado ninguém que tivesse trabalhado com essas questões.

Foi dele também umas das lições mais importantes que tive sobre a performatividade nos termos da linguagem e que acaba me ajudando hoje a entender a ideia da linguagem como mandinga. Ele falou para mim, “se você quiser entrar no doutorado na UNICAMP, você não pode com o seu projeto tentar discutir questão negra”. Ele basicamente me disse o seguinte “performe uma possibilidade de fazer e entrar na banca”, isso significa, com as minhas palavras agora, lidar com a branquitude presente nas seleções de pós-graduação no Brasil. Ele falou - me lembro disso como hoje – “você entra e depois a gente subverte tudo”. Acho que foi das coisas, inclusive epistemológicas, mais importantes que eu ouvi. Foi quando talvez eu entendi como a ideia de performatividade é além de um conceito, ela pode nos dar possibilidade de mudanças. É uma concepção que não está interessada em constatar nada, mas que quer estar sempre se perguntando sobre as possibilidades de a gente existir como sujeitos na linguagem e na vida, porque a linguagem é uma das coisas que dá formato as nossas vidas.

O modo como a gente performa nossas existências na linguagem se dá de forma eminentemente diferente e isso é o que a gente tem de joia, não é o que nos separa ou nos segrega, obviamente a não ser que a gente deixe. Isso se refere as pessoas negras, mas isso também se refere as pessoas brancas e a todos os sujeitos que de alguma forma entendem a identidade como uma reivindicação política, linguística, histórica. Inclusive, no que ela tem não só de permanências, mas de mudanças também.

A noção de performatividade, nesse sentido, tem me permitido fazer links importantes com essas epistemologias outras que não estão presentes de forma geral na academia e as que me interessam, principalmente as africanas e as afro-

ameríndias. São perspectivas teóricas, mas também são Sofias, que não dissociam quem a gente é de quem a gente pode ser, que não dissociam as nossas existências na linguagem, entendendo que impactam na forma como a gente se relaciona na nossa vida. Que performam teorias, que eu digo que são teorias vida, porque elas estão vivas, no sentido de que elas continuam pulsando possibilidades de a gente mudar, por exemplo, o quadro racial e racista do nosso país.

A ideia de pensar performatividade, a performance, traz mais a corporeidade para além do conceito. Trata-se de entender que ao mesmo tempo que eu estou aqui dando uma entrevista para vocês, porque vocês acham que o que eu tenho para falar pode ser relevante, na padaria eu só performo mais uma negrinha indo comprar um salgado.

A performatividade para mim permite perceber o que a gente é do ponto de vista da linguagem, mas eu diria isso em outros lugares também. A gente se torna o que as pessoas nos endereçam nesses momentos de performance, é quando o mistério acontece, é quando a mandinga acontece, é quando nós conseguimos entender que a gente está sempre no campo da performance e não da constatividade, e não das certezas absolutas. E isso me dá a possibilidade de ter esperanças de futuro, de mudanças, porque eu preciso entender que esse racismo que eu ainda vivo hoje dentro do meu espaço de trabalho, dentro das minhas relações cotidianas, não é tudo que existe a dizer sobre Kassandra e sua existência no mundo, que eu performo possibilidades várias de ser quem eu sou. E isso não significa que eu não tenha permanências. A performatividade não é a ideia da experiência, muito pelo contrário. É óbvio que as minhas experiências vão dar formas a essa performatividade, mas em nenhum momento elas precisam bater o martelo sobre quem eu sou e quem eu posso ser. Então, performatividade e performance no campo da linguagem e da vida tem a ver com a ideia de possibilidades.

**O uso recorrente da expressão “lugar de fala”, sem qualquer problematização e quando autorizado somente àqueles cujos corpos são penetrados pelo poder que desumaniza, nem sempre explícita, no que se refere às relações raciais, como e em que medida sujeitos brancos podem existir dentro da luta antirracista. Como você compreende o lugar dos sujeitos brancos, para além de apoiadores, e seu engajamento na luta antirracista?**

Teoricamente, há alguns problemas. Eu sou justamente do campo da performance. Então, se estou nesse campo, para mim é muito complicado lidar com noções de contornos fixas, como se não existisse essa possibilidade do fluxo, do trânsito, do processo. Essa é uma das noções da qual eu sou radicalmente contra, aliás, como todo conceito, que deveria ser visto sob rasura, porque acaba se tornando uma verdade absoluta. Para mim a ideia de lugar de fala não é um lugar fixo, nem um lugar exclusivo.

Acredito nesses *locus* enunciativos que todos nós podemos performar enquanto sujeitos negros, brancos. Mesmo enquanto sujeito brancos, ser branco aqui no Brasil é muito diferente do que é ser branco em outros lugares do mundo. Então, nesse sentido, quando a gente pensa a questão de como as pessoas brancas podem praticar um antirracismo, eu diria que a primeira coisa é entender que ser branco, essa coisa da pele, ela te dá sim muitos privilégios na sociedade do ponto de vista simbólico, do ponto de vista material e que isso não pode ser ignorado. Quando a gente se conscientiza disso conseguimos entender que não é só uma questão de ser branco, de ser negro, é a questão de um sistema que rege a nossa relação, chamado branquitude. Então, a nossa questão não é com as pessoas brancas, é com a branquitude, com o que ela traz de prejuízos, inclusive para que a gente possa construir pontes. Tudo que vai construir uma fixidez impede a possibilidade das pontes.

Gosto muito que muitas autoras negras vão pensar na possibilidade da gente construir pontes e resolver um problema que não é das pessoas negras. É um problema que foi criado pelo brancocentrismo e pela branquitude, que é o racismo. Não tem como sermos nós a resolver esse problema sozinho se o sistema que o criou não puder ser deslocado, não puder ser repensado e com isso construir um projeto de nação que diga sobre todas(os) nós. Então, discutir racismo não é uma discussão de pessoas negras, é uma discussão de nação. Se é uma discussão de nação envolve todo mundo que faz parte dessas nações. No sentido que perpetua, no sentido que se privilegia e também no sentido de que a importância disso não está só para a população negra, isso está para a população branca também.

Como diz minha mãe de santo, “Minha questão, meu problema não é de brancos é com a branquitude e tudo que ela traz de prejuízos” para a gente construir

um projeto de nação em que todas as pessoas se sintam copartícipes, entendendo os lugares diferentes por onde a gente passeia, inclusive entendendo que alguns e algumas de nós nem podem passear por certos lugares da sociedade. O que a gente faz em relação a isso? Como pessoa branca no mundo, e aqui nesse nosso país especificamente, eu te diria que a primeira coisa é reconhecer a branquitude como uma lógica que orienta as nossas relações sociais e raciais no Brasil. Então, não achar que esse processo de identidade é só para os outros. Entender que o seu corpo também é racializado, e por ele ser racializado precisa entrar no mesmo espectro que todos os outros. Isso precisa ser visto como uma norma. Se racializar é perceber o que isso traz de questões para as nossas relações sociais.

É preciso que as pessoas brancas comecem a fazer esse exercício também, que é fundamental. Porque aí elas vão perceber o espaço em que elas estão, como se dá a circulação desses sujeitos dentro desse espaço. Que diferença é possível perceber quando você está num lugar que exige, por exemplo, uma performance financeira maior ou menor? Quem são as pessoas que estão ao seu lado dentro dos espaços da academia, por exemplo? Quem são as pessoas que chegam em espaço de diretoria, que são reitores, pró-reitoras? Quem são seus professores (as)? você necessariamente começa a tirar a venda racial, social, de gênero, de sexualidade, dos seus olhos. Acho que quando a gente consegue entender isso, quando essa venda de fato vai sendo retirada, as práticas antirracistas têm possibilidade de acontecer de forma efetiva. Então, a sua performance como sujeito branco brasileiro, como mulher branca brasileira, vai ao encontro de práticas antirracistas porque você começa a se incomodar, para mim o incômodo é um movimento, com esses lugares. Inclusive, esse lugar que diz que você não tem nada a ver com essa discussão.

Quando a gente entende que tem algum tipo de privilégio, eu tenho, por exemplo, o privilégio da heterossexualidade, tenho por função social combater a minha heteronormatividade e o que ela me dá de possibilidade dentro de um espaço que é homofóbico, que é o espaço territorial brasileiro. Quando a gente reconhece esses lugares e vai discutir essas questões, entendemos que estamos num lugar de privilégio que é diferente de quem está sendo discriminado. E o que é que eu faço com esse lugar de privilégio que uso, que performo? Em favor de uma sociedade que eu acredito que seja ideal para todo mundo, acho que a função das pessoas brancas é fundamental nas mudanças que a gente espera concretizar.



A gente está aí vivendo esse caso recente do assassinato dentro do supermercado Carrefour, mas a gente sabe, no outro dia aconteceu igual. Essas violências elas são performadas pela população negra, pela população LGBTQI+, contra sem terras. Todos nós de alguma forma passamos por esses privilégios que a sociedade nos dá, já que a gente performa certas identidades em “X” lugares. Em todas essas teorias, a que eu mais me relaciono é justamente essa que vai falar desse lugar de fala como sendo performativo. Ao ser performativo ele coloca todas as pessoas negras e não negras com a responsabilidade de não aceitar um Estado que é racista e que tem sistematicamente aniquilado pessoas negras.

**Você foi coordenadora de dois projetos relacionados à educação das relações étnico-raciais, o PIBID História, Literatura e Cultura Africana e Afro-Brasileira - UFOP e o Curso de Especialização UNIAFRO/UFOP. A partir dessa experiência, quais são os desafios no campo da Educação que ainda temos que enfrentar para desenvolvermos uma educação antirracista no Brasil?**

Hoje a gente vive um contexto que não existe mais os PIBID’S no Brasil, eles já eram poucos e com esse novo desgoverno esse PIBID acaba de vez. Digo que o desafio do PIBID-AFRO começa até na própria ideia da possibilidade de um projeto de iniciação à docência que vá levar essas temáticas. Na época que propus esse PIBID existia o da UFU, com o professor Guimes. O desafio se iniciou dentro da própria instituição porque a coordenação geral do PIBID e a coordenação do meu curso de letras não queriam deixar. A justificativa era porque era temático e interdisciplinar. Então, pensando nas gingas que a gente faz para as coisas acontecerem, lembro que respondi a uma dessas pessoas o seguinte: “não é mais interessante deixar a CAPES negar o projeto do que vocês negarem a possibilidade desse projeto de existir no seu nascedouro?”. O fato do PIBID-AFRO não ser comum, não quer dizer que isso não seja fundamental, mas não há dúvidas que se tornou assim um projeto para além do que a gente havia sonhado.

A gente tem a Lei 10.639 e 11.645, que estipula o ensino da história de África e seus descendentes aqui no Brasil, assim como história indígena, na linguagem, na cultura, nas diferentes línguas. Isso ainda é um projeto em construção. Não gosto de dizer como as pessoas dizem “A lei não pegou”. Eu já vi muitas iniciativas a partir

dessa lei. Nossa questão é que a gente realmente tem urgência. O sistema educativo produz muita dor para essa população negra. Essa lei e as suas diretrizes curriculares foram pensadas com a participação efetiva dos movimentos negros e das intelectualidades negras, que são duas coisas que não se opõem, muito pelo contrário. Boa parte do que a gente chama de movimentação negra hoje são intelectuais e vice-versa, principalmente, intelectuais no sentido da subversão, dos pensamentos subversivos, dos movimentos. Então, a gente tinha uma grande esperança que as coisas mudassem de forma muito mais rápida e, sei lá, mais profunda. Mas isso não quer dizer que essa lei, por exemplo, ainda não seja fundamental. Foi ela que fez possível a existência desse PIBID-AFRO e do UNIAFRO.

O PIBID-AFRO tinha a ver com iniciação à docência na graduação. O UNIAFRO já era voltado para professores em atuação, é o que a gente chama inclusive de formação continuada. Os dois são projetos que tem a ver com essa lei, com as possibilidades que essa lei mostrou. Estou chamando a atenção disso para dizer duas coisas, as dificuldades que o PIBID-AFRO teve para nascer dentro da UFOP, o UNIAFRO já não teve. Porque a atuação do PIBID-AFRO, obviamente conectada ao Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas, mostrou o papel fundamental e curricular que estas temáticas têm dentro do campo educativo. Não é um adendo, não é uma transversalidade, como muitas vezes está posto. Isso precisa ser entendido desde os conteúdos teóricos que precisam estar presentes, que ainda constituem toda a produção que existe hoje. E que está acessível a um clicar de “google” mesmo assim as pessoas não vão atrás de ler as produções feitas pelas pessoas negras, indígenas, brancas, que tem um viés antirracista. Não é uma discussão que você traz no 20 de novembro ou só no mês de novembro. Essas temáticas precisam de fato interrogar, interpelar, constituir intrinsecamente isso que a gente chama de currículo, que dá muitas vezes a base para isso que nós denominamos educação. Não tem como você pensar o campo da educação sem pensar o currículo. O currículo não é só conteúdo teórico, o currículo é inclusive o que ele deixa ausente do ponto de vista do que deveria ser tratado dentro de escolas e universidade.

Currículo tem a ver com identidades, como diz o Dom Raimundo Silva. Cada instituição, cada curso tem um ponto de vista identitário e o nosso grande problema é que esses perfis identitários acabam sempre excluindo essas partes fundamentais da

sociedade brasileira. Não há como se praticar uma educação que as pessoas gostam de chamar emancipatória, blá blá blá, decolonial e é blá blá blá mesmo, sem trazer a população negra, a população indígena. São duas partes fundamentais, a população negra é maioria e a população indígena está aqui, inclusive com produções acadêmicas e intelectuais fulgentes e continua sistematicamente sendo exterminada pelo epistemicídio pelo qual sofre também a população negra. Então, não tem como a gente pensar mudanças na educação se a gente não entender que essas temáticas não só dizem sobre o que a gente ainda não sabe sobre África, sobre as etnias indígenas, sobre suas línguas e sobre suas vidas, mas ela diz respeito a uma reorientação do olhar das nossas práticas educativas.

Não é que não produzam esses projetos dentro das universidades, não é que não produzam conteúdos importantes, mas eu sempre fico receosa que sejam coisas pontuais. Mesmo assim, as pessoas não entendem que a gente não está falando de um projeto de ocasião. Estamos falando de algo que precisa ser corrente, cotidiano dentro do ambiente educativo, que é essa reorientação do olhar para a população negra e indígena. É preciso reconhecer as ausências dessas questões nos nossos currículos, nas nossas escolhas teóricas, no que a gente escolhe conhecer ou deixar de conhecer e mudar isso. Inclusive, entendendo que até a forma discriminatória com a qual se trata estudantes pertencentes a esses grupos mencionados é fruto dessa ignorância total e irrestrita, que ainda impera sobre esses sujeitos dentro do campo da educação.

Os movimentos sociais têm promovido acomodações e deslocamentos dentro do campo educativo que são fundamentais. Mas a gente ainda pratica uma educação que quer falar hoje de conceitos como epistemologias do sul, decolonialidades, contracolonialidades, mas não conhece as escritas e as práticas e as produções e o olhar pedagógico de muitos intelectuais. Tem o pessoal que trabalhava com a pretagogia, lá no Ceará, a Sandra, tem a pedagoginga do Allan da Rosa e tem a pedagogia afro da Rosa Margarida, aqui de Minas Gerais. A gente tem as [inter]produções principalmente no campo da literatura indígena, que inclusive reduzem a índio e a performatividade contida nessa nomeação. É desse jeito que a educação ainda lida com isso. Quando vai pensar essa intelectualidade negra que vem escrevendo e impulsionando esse campo educacional, ainda estamos no campo das ausências.

**Com sua experiência no PIBID e durante sua trajetória na educação, nota-se uma reafirmação da base, da educação chamada de “secundária”. Estando nesses espaços diferentes, você compreende que eles podem ser complementares? É possível fazer escolas e universidades atuarem em conjunto? Quais as possibilidades de ação e diálogo entre escola e universidade na construção de uma educação antirracista?**

Eu diria que não é só possível, mas é urgente, fundamental. Vejo que existe uma desconfiança por parte da educação básica em relação à academia, essa academia que se diz superior, eu entendo e acolho essa desconfiança às universidades. Esses lugares que a gente chama de academia são extremamente arrogantes, nós somos, eu não quero aqui me tirar dessa equação, extremamente arrogantes nessa ideia de ser detentores do saber especializado em “X” e “Y”. Isso faz com que se produza no campo da educação básica uma visão subalternizada em relação a suas práticas, inclusive de tudo, não só dentro dessa temática da questão racial, como muitas outras.

Tenho implicado muito com a universidade devido essa arrogância, de a gente não se deslocar, de não aceitarmos que quem está de fora faça isso. Para acontecer essa relação fundamental e interdependente entre universidades e escolas de educação secundarista, é preciso um gesto, eu diria, primeiro nosso, acadêmico. Primeiro, é preciso reconhecer o desastre que muitas vezes tem sido as nossas opções curriculares e como elas são extremamente insensíveis para contextos múltiplos e heterogêneos da educação básica. Segundo, é preciso a gente reconhecer a necessidade que nós temos de nos deixar deslocar e isso só será possível se a gente entender que ali nas escolas os professores têm experiência, teoria, fundamentos relevantes iguais aos que a gente está levando para trocar. Terceiro, é preciso, para isso acontecer, que os(as) colegas da educação secundarista se sintam também participativos nessa possibilidade de construção. Essa inter-relação, que para mim teria que ser e o que é interdependente entre universidades e educação básica, passa primeiro pelas questões teóricas e práticas. E muito mais pelo imaginário social que a gente gosta de difundir sobre os professores da educação básica, que eles não são bons o suficiente para fazer esse processo junto conosco. É como se a gente

fosse sempre os(as) salvadores(as) da educação básica, como se não existisse nada ali bom com o qual a gente pudesse aprender também e fazer e estabelecer de fato trocas.

Nós precisamos entender mais o que acontece no cotidiano da educação básica para poder viver e repensar as teorias que mobilizamos e as possibilidades de uso dentro do sistema educativo, da educação básica. E obviamente, eles precisam também beber nessas coisas que a gente vem fazendo para poder inclusive ver o que é, o que não é, o que é possível e não tem sido feito ao longo dessas décadas todas. Geralmente é isso, nós vamos de forma muito imperativa e arrogante para a educação básica, para dizer o que elas têm que fazer. Eu acho que para que essa relação possa se dar de forma efetiva, para mim, seria favorecendo e respeitando principalmente. Acho que passa muito menos por uma questão teórica, porque é isso, as coisas estão ai disponíveis no computador, na internet e etc. Digo mais ou menos disponíveis porque a linguagem acadêmica muitas vezes reforça e gosta de reforçar essa suposta diferença intelectual e cognitiva que existe entre docentes das universidades e os pobres mortais da educação básica. Então muitas vezes nessas práticas e formações que nem são efetivas, que não mudam o que deveria mudar, que é fazer com que os estudantes mudem, do ponto de vista curricular, do ponto de vista da aceitação de seus corpos, de suas sexualidades, de seus pertencimentos étnicos-raciais na escola. Eu diria que isso ainda está se fazendo, mas primeiro a gente precisa tirar essas barreiras calcadas na arrogância e no preconceito que existem entre o que é produzido nas escolas e o que é produzido na universidade.

**Sobre os projetos de educação que você participou e foram desenvolvidos na UFOP, quais os resultados obtidos e como avalia o impacto na comunidade local? Quais são as questões ligadas à identidade racial nessas escolas? E como esses impactam na promoção da igualdade racial para a população?**

Os projetos impactam, principalmente um projeto como o PIBID, não necessariamente tem que ser o PIBID-AFRO, AFRO-INDÍGENA, mas eles impactam pela presença de estudantes dentro das escolas. Isso impacta principalmente no público discente das escolas da educação básica. Porque, se os nossos colegas professores têm o olhar de muita desconfiança para o que a universidade pode levar,

os(as) estudantes das escolas têm o olhar da curiosidade. Eu acho que isso muda quase tudo, porque eles ficam muito interessados sobre quem somos nós, sobre o que a gente pode estar trazendo de possibilidades para aquele cotidiano escolar deles. Existe uma curiosidade sobre a universidade, quem é esse pessoal estranho? Esses bicho papão. Existe uma curiosidade sobre nossos corpos também do ponto de vista físico mesmo, porque eles vão relacionando quem são os sujeitos que estão dentro das universidades, são brancos, são negros, são pobres? Porque eles fazem muitas leituras de nós quando a gente está lá. Eu vivi experiências muito interessantes e algumas bem engraçadas nas escolas por onde o PIBID estava, porque eles achavam surpreendente saber que eu era a coordenadora do projeto, uma professora negra, e uma professora negra de um corpo não dócil, muitas vezes um corpo com o qual eles se identificavam com o cabelo, com o jeito de falar, na gargalhada, nas músicas que escutava. Para mim a educação acontece também nesses pequenos momentos, nesses momentos de escuta.

Acho que dá para falar essa palavra “sucesso” nesses projetos. Sucesso do ponto de vista institucional talvez menos. O que é isso? De, por exemplo, a gente ver mudanças curriculares, no projeto político pedagógico das escolas, de os professores e as professoras irem atrás de conteúdos que ali os PIBID’s de Letras, de História, de Música, de Matemática estavam trazendo. Mas do ponto de vista de modificações do olhar de estudantes em relação ao que a universidade é, o que eu a UFOP é. Para muitas pessoas da população local a UFOP era um lugar inacessível. Elas não entendiam a ideia de universidade.

Temos que entender que quando a gente reivindica as cotas, sendo que a população local é majoritariamente negra e as cotas pressupõem que você seja estudante de escola pública, isso começa a mudar de alguns poucos anos para cá. Quando eu cheguei na UFOP há 10 anos, as minhas turmas eram majoritariamente brancas, todas, irrestritamente, e de pessoas que vinham de camadas sociais mais altas. No início eu dava aulas nos estágios e queria entender porque não existia gente da letras indo nas escolas periféricas da cidade de Mariana? Nós não tínhamos estudantes que iam fazer estágios nos bairros que são chamados de mais periféricos de Mariana. Não existia isso e eu achava isso o absurdo do absurdo. As pessoas às vezes vinham de capitais, que era a maioria dos estudantes dentro do curso, e do interior privilegiado de Minas e tinham medo de entrar num bairro como Cabanas ou

Prainha, em Mariana. Isso tinha muito a ver justamente com a ideia de que a periferia, nem preciso dizer que essa periferia tem cor, é um lugar que o saber intelectual, acadêmico, não tem vez, nem espaço. Eu lembro como hoje que obriguei explicitamente, não perguntei, eu tive o privilégio de ser professora nesse momento, eu estipulei em quais escolas deveriam ter estágios e foram os primeiros estágios nessas escolas de periferia da cidade no meu curso, no curso de letras, não sei nos outros. Também foram as escolas que eu escolhi para fazer o PIBID-AFRO. As escolas PIBID-AFRO quando eu coordenava eles só atuavam em escolas de periferias.

Mesmo as escolas que a gente chama de periféricas numa cidade como Mariana estão tão próximas ao centro que eu ficava revoltada, agoniada, preocupada, pensando “que público docente é esse que a gente vai levar para as escolas públicas? Que vê estudantes como inimigos”, porque era isso que eu escutava. Lembro que eu cheguei a escutar, além de coisa de “essa gente”, várias outras questões, foi quando também eu escutava muito que discutir educação e linguística não tinha nada a ver com discutir pobreza, discutir quem era negro, quem era branco, periferia e margem, que era tudo igual, isso era muito recorrente naqueles primeiros anos quando eu entrei na UFOP, assim como coisas com o problema das escolas públicas são os estudantes, são os alunos, eu escutava essas frases assim. Obviamente se a linguagem tem uma questão performativa, ela age, então não eram só frases ditas, palavras ao vento, mas eram palavras que acabavam agindo sobre a forma como se entendia a nossa atuação dentro da educação básica e o papel inclusive do que é uma aula de língua portuguesa, do que é uma aula de literatura dentro dessas escolas.

É por isso que eu sempre digo que para mim, um dos grandes problemas que nós enfrentamos é o medo do novo. Hoje é banal as(os) estudantes fazerem estágios nessas escolas de periferia, se tornou uma escola como outras, e ainda dão graças as deusas que as escolas os aceitam. Essas escolas mesmo de periferia que foram o alvo dessas violências linguísticas, dessas práticas excludentes, no sentido de que o curso já existia há muitos anos, a disciplina de estágio também e você tinha um contingente de escolas que não eram atingidas pelas universidades porque eram escolas de periferia. Nesse sentido que eu falei que tem muito mais a ver com quebrar essas amarras, esses preconceitos que se transforma em práticas discriminatórias,



do que questões teóricas envolvidas nessas instâncias e do sucesso ou não que envolvem esse processo entre universidades e escolas.

Eu tenho feito uma escolha política de dar aula nos primeiros períodos, sai dos estágios já há alguns anos, fui para os primeiros períodos porque chegava os(as) estudantes nos estágios com uma visão de língua extremamente calcada em racismo linguístico, em violências linguísticas. Entendi que tinha, eu e alguns – não estou falando de mim somente, pensar “o que eu posso fazer?”. Então tenho dado aula nos primeiros períodos e nos outros cursos que têm leitura e português, leitura e produção de texto, esse também é um lugar que é construído como menor dentro do meu curso. Entendo que esse início de formação e essa ideia de língua, de linguagem, essa conexão que linguagem tem com sociedade e com cultura precisa estar em todos os cursos, não apenas em quem faz o curso de letras.

Todas essas coisas para mim é o que eu posso chamar de sucesso prático, de mudanças práticas, ou seja, vai muito ao encontro das teorias as quais eu acredito. Para além de usar como aparato teórico, para mim as teorias tem que dizer sobre nós, sobre quem somos, do que a gente projeta de vida e futuro. Para mim uma teoria que vai dizer que linguagem “age” é uma teoria que me permite interferir no campo da educação, no próprio campo da linguística, no próprio campo da antropologia linguística, por onde eu passeio. Obviamente com isso mudar a história desses sujeitos que foram construídos e ainda são como marginais, como a parte do que é essa História com “H” maiúsculo, pelo menos no que se refere aos seus protagonismos e aquilo que não nos encerra só no olhar que o racismo nos coloca. Então nesse sentido sim, a gente teve e tem, colhemos ainda os frutos dessas mudanças aqui nas escolas da região.

**Numa sociedade sem o racismo nós poderíamos estar conversando sobre qualquer outro tema. Nesse sentido qual seria um tema interessante para nós conversarmos?**

Olha, eu diria o seguinte: a gente tem que ter cuidado de não deixar o nosso olhar se encerrar pelo que o racismo tem de imperativo em nossas vidas. A grande diferença é a gente perceber que não tem como discutir esses assuntos sem passar pela questão racial, então discutimos a própria ideia de epistemologia, discutimos

educação, discutimos história, discutimos corporeidades, discutimos a função social que as teorias podem ter nas nossas vidas. A diferença é que o olhar para essa discussão é um olhar racializado, que reconhece essa racialidade dentro desses temas, porque o racismo deriva do fato que nós somos construídos de forma racializada. A gente idealiza uma sociedade que pudesse ser pós-racial. O grande problema disso é a gente achar que uma sociedade, por exemplo, que não começasse e não terminasse na questão da raça iria medir nossas diferenças, nossas diferenças para mim são intrínsecas a qualquer coisa que a gente queira entender enquanto tema. Isso não tem que ser bom ou ruim, é uma coisa que está posta para nós enquanto sujeitos humanos. A nossa humanidade é heterogênea e, às vezes, eu acho que essas perguntas ou a forma como as pessoas colocam a possibilidade de uma sociedade que não seja erigida sob o império da raça iria acabar, elidir ou que a gente não passaria a ver que nós somos sujeitos diferentes.

Acho que uma coisa é a gente acabar com o racismo, que é essa transformação das nossas diferenças raciais no que exclui, no que discrimina e obviamente dentro de um espectro de hierarquia de poder racial que está posto no racismo, por isso que não existe o racismo reverso. Racismo tem a ver com projeto de poder. Isso é uma coisa, outra coisa é a ideia que a gente possa em algum momento fingir que somos iguais, nós não somos. Para mim isso inclusive é o que a gente tem de mais interessante enquanto seres humanos e isso faz com que a gente interroge todos esses temas que eu citei aqui, que são temas que me apaixonam a partir desse olhar dos lugares por onde a gente passeia, dentro desse espectro do que é ser humano. Então, eu não sei, eu continuaria falando das mesmas coisas, porque são as coisas que me apaixonam, a diferença é o que eu tinha acabado de dizer na pergunta anterior, a gente não encerrar as possibilidades, potencialidades, as genialidades, a delícia que é o fato da gente ser diferente, não encerrar isso sob a égide do racismo.

Isso que faz com que reduzam a intelectualidade negra apenas a possibilidade de discutir racismo. A gente vai discutir a partir do nosso olhar, eu discuto a partir de muitos olhares. Eu sou negra, eu sou mulher, eu sou pernambucana, eu sou heterossexual, eu sou uma série de coisas que fazem com que esses temas todos sejam interrogados, interpelados, deslocados por esses olhares, que são muitos. O grande problema é que as pessoas nos olham e só enxergam as nossas negruras. Enxergam essas negruras de uma forma extremamente redutora e não o que ela

aponta de possibilidades. Por isso que para mim o performativo sobre mim, sobre as pessoas, me transforma numa pessoas mais generosa no trato com as pessoas, com as coisas e com a linguagem, porque a gente deixa de se pensar e de colocar as pessoas em caixinhas e consegue ter assim a possibilidade de permitir que nós tenhamos possibilidades.

Eu acho inclusive que nós só estamos começando a fazer isso. O problema é isso, achar que só pode fazer isso numa época do ano, achar que isso se revolve com um projeto pontual, achar que isso se resolve ou se discute com uma apresentação “X” ou com um artista que apareça na TV. Acho que o que está nos faltando é entender esses temas como projetos de nação, com mudanças que a gente quer enquanto sujeitos que fazem parte desse território chamado Brasil e também nesses contatos transatlânticos, porque o que acontece em outros lugares acaba impactando na gente também. Essa coisa das pessoas dizerem “parece que a gente só sabe falar de racismo”, eu pergunto: faz quanto tempo que a gente está tendo direito de falar sobre isso? Numa sociedade que a gente tem vice-presidentes que dizem que nem tem racismo. Então, essa coisa de criar outras interdições para quem já é interditado, eu acho isso muito complicado, de interditar, de se deixar interditar porque não quer ser visto como intelectual negro, negra, que discute racismo. Qual o problema disso? O problema é se você também está achando que você só pode falar sobre isso.

Eu acho um problema maior pensar que é possível falar a partir de um lugar que não seja racializado na linguagem. O problema é que se acha que racializado na linguagem é só pra negros e negras, indígenas e etc. Não entender que essa racialidade está para todo mundo, assim como gênero, assim como sexualidade, assim como classe e outras coisas que nos constituem enquanto sujeitos sociais históricos que somos. Eu não vejo nisso um problema e nem entendo essas questões existenciais que eu vejo, principalmente em jovens intelectuais negros e negras, geralmente de outros temas, que se sentem muitas vezes assediados, essa é a palavra, por uma academia branca que toda vez que vai em busca desses intelectuais só sabe falar de racismo. E eles estão lá discutindo outras coisas e o problema é esse só, é o encerramento dos olhares, mas não a discussão ou as nossas diferenças em si.

E eu acho que ainda somos muito poucos nas universidades discutindo essas questões, a partir desses nossos olhares heterogêneos inclusive e entrevistar alguém

com minha idade, com meus anos de universidade é muito diferente de entrevistar um(a) jovem intelectual negro(a). A gente tem aí correntes teóricas negras coexistindo. A gente tem um retorno de africanismo, que também não significa que querem pan-africanistas como os norte-americanos, mas se querem africanistas, a gente tem afro-futurismos, a gente tem uma volta, principalmente no campo da história, de trajetórias de intelectuais negros e negras que nem sequer chegaram a ser conhecidos(as). Então, a gente está só começando as nossas possibilidades de falar sobre isso e sim, o racismo vai acabar fazendo parte dessas pesquisas, dessas conversas, dessas possibilidades. Ele só não pode ditar todas as possibilidades de olhar para esses temas. Acho que é isso que eu diria.